



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA,
REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2020**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Vereadores: Cláudia Patrícia Alves Moreira

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias

Rui Filipe Rodrigues Ferreira

Cláudia Micaela Alves Brunido em substituição de Rui Miguel Garrido Conde

Andrade Rufino

SECRETARIOU:

A Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Cristina Isabel Pires Queimado.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Srs. Vereadores, nos termos do nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ordem do Dia:

01 - Aprovação da ata 13/2020

Documentos para Conhecimento

02 – Resumo diário da tesouraria do dia 01.07.2020

03 – Relação de pagamentos de 23.06 a 01.07.2020

04 - Posição dos compromissos de 22.06 a 01.07.2020

05 – Documentos previsionais – alteração n.º 13



06 – Mapas de Contribuição da Dívida da RSTJ

- a) Contribuição para a dívida de empréstimos a 31 dezembro de 2019
- b) Contribuição para o endividamento Bancário de Médio e Longo prazo a 31 dezembro de 2019
- c) Contribuição para endividamento líquido municipal a 31 dezembro de 2019
- d) Contribuição do Passivo da RSTJ para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de dezembro de 2019
- e) Mapa de Créditos e Dívidas às autarquias a 31 dezembro 2019

Documentos para aprovação

07 – Programa abem: Rede solidária de medicamento / minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a DIGNITUDE

08 – Procedimento concursal de CTFP a termo resolutivo certo / alteração de composição de júri

09 - Intervenção Sr. Presidente

10 - Intervenção Srs. Vereadores

ABERTURA

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às dez horas e cinco minutos, e cumprimentando e agradecendo a presença de todos, deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia. Esta reunião à semelhança de outras anteriores decorreu na sala contígua ao salão nobre por reunir melhores condições para o distanciamento entre elementos do Executivo.



ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Sr. Presidente** tomou a palavra referindo:

Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19: deu conhecimento que neste momento não existem casos no concelho. Referiu que na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil foi identificada a existência de alguns ajuntamentos de jovens em algumas zonas da Chamusca (parque municipal, piscinas municipais e zona de ringue), tendo a GNR atuado no sentido de dispersar. Referiu que as piscinas irão reabrir ao público com condições muito específicas e muito controladas, o acesso será condicionado, respeitando as orientações da DGS. A GNR tem acompanhado igualmente as esplanadas dos cafés do concelho.

Deu conhecimento que a Segurança Social solicitou que não fossem desmobilizadas as estruturas de apoio de 2.ª linha que se encontram instaladas no concelho: Edifício São Francisco, Pavilhão da EB 2, 3/S Chamusca e nas IPSS's ACONCHEGO e CASULME.

Deu conhecimento que com os campos de férias das juntas de freguesia, vai ser feita a reabertura das piscinas municipais, cumprindo as orientações da DGS, minimizando os riscos de contagem e limitar o acesso a outros grupos.

Questionando sobre se algum vereador tinha questões a apresentar neste período, a Sra. Vereadora Gisela Matias, solicitou informações sobre os seguintes assuntos:

- a) Colocação de Médicos no concelho / ponto de situação: a sra. Vice-Presidente referiu que, conforme tem conhecimento através da coordenadora da USF, Dra. Glória Matias, foram colocados os dois médicos, estando repostos os atendimentos em Ulme e Vale de Cavalos apartir do início desta semana.
- b) Limpezas de terrenos / ponto de situação: o Sr. Presidente informou que a limpeza dos terrenos municipais é um processo continuo estando a decorrer normalmente. Relativamente ao processo relativo à limpeza de bermas, excluindo as que estão asseguradas através de contratos interadministrativos celebrados com as juntas de



Freguesias, ainda não está concluído faltando documentação para instrução de processo administrativo. Referiu que relativamente aos terrenos privados o levantamento dos autos é da competência da GNR, não tendo o conhecimento exato do número existente à data, atendendo a que o município inicialmente, teve conhecimento do relatório de não conformidade de limpeza pelos proprietários, tendo o município notificado para a necessidade de limpeza e irá acompanhar o processo. Só receberá posteriormente o relatório final com a identificação dos autos e contraordenações aplicadas.

- c) Obra do novo Centro de Saúde: o Sr. Presidente esclareceu que o município não tem qualquer participação para a execução da obra, sendo esta da responsabilidade da ARSLVT. Já foram feitos dois concursos o primeiro por 9.000.000€ e o segundo por 1.200.000,00€ tendo ficado ambos desertos. Referiu que o município, a pedido da ARSLVT, estabeleceu contacto, aquando do primeiro concurso, com a firma HACL - Sociedade De Construções, Lda., única empresa do concelho com alvará para assumir esta obra e que referiram não avançar por o orçamento constante do caderno de encargos ser muito baixo. Salientou o Sr. Presidente que o município é o dono do projeto e que recebeu proposta para alteração a fim de baixar o valor do mesmo, tendo este sido alterado e feita alguma redução dos custos, estando já preparado para novo concurso e retirados os arranjos exteriores que serão assumidos pelo município.
- d) Centro de Dia do Semideiro / intervenções em curso: referiu que a obra se atrasou devido à pandemia COVID 19, não estiveram as equipas a trabalhar durante todo o período, augurando que no próximo mês esteja concluída.
- e) Cais do Arripiado / reposição de plataforma: o Sr. vereador Rui ferreira referiu que o problema não tem a ver com a Câmara, mas sim com a empresa de seguro, atendendo a que foi acionado o seguro. Informou que, por parte da empresa, foi solicitado apoio para alojamento do pessoal para a montagem do equipamento o que pelo município irá ser concedido.



- f) Estátua do Toiro/ quando será exposta ao público: o Sr. Presidente referiu que o modelo e módulos estão concluídos, faltando a montagem, por ser uma pessoa de risco com a pandemia, o escultor não esteve em produção. Referindo, que estava previsto a inauguração em festival a realizar em abril, o que não aconteceu, estando previsto realizar festival de beneficência a favor da Santa Casa em setembro ou outubro, no caso de se concretizar fazer inauguração / montagem da escultura.
- g) Rotas da Cultura Avieira / não inclusão do concelho da Chamusca: o Sr. Presidente explicou que os municípios que incluem este programa detêm projetos e produtos estruturados e implementados, não tendo o nosso concelho, à data, estruturação de produto, podendo o Município a qualquer momento integrar o programa.
- h) Centro de Interpretativo do Tejo – Chamusca: referiu que existe projeto que ronda o montante de 2.000.000€, dando conhecimento que aguardamos candidatura para a execução do projeto.

Ordem do Dia:

(01) – APROVAÇÃO DA ATA 13/2020:

Presente à reunião, para deliberação, a ata da ultima reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia 26 de junho de 2020, cuja leitura foi dispensada, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal.

Deliberação: Aprovada com quatro votos a favor o teor da ata 13/2020. A Sra. Vereadora Cláudia Brunido Pinto referiu não votar por não ter estado presente na referida reunião de Câmara.



Documentos para conhecimento

(02) - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA DO DIA 01 DE JULHO DE 2020:

Presente o resumo diário de tesouraria do dia 01 de julho de 2020, que apresentava como total de disponibilidades: 3.990.841,81€ (três milhões, novecentos e noventa mil, oitocentos e quarenta e um euros, oitenta e um cêntimo), sendo de operações orçamentais: 3.928.294,39€ (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e quatro euros e trinta e nove cêntimos), sendo de operações não orçamentais: 162.547,42€ (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

(03) - RELAÇÃO DE PAGAMENTOS DE 23 DE JUNHO A 01 DE JULHO DE 2020:

Presente relação de pagamentos efetuados entre 23 de junho a 01 de julho de 2020, com o valor total de operações orçamentais de 280.788,00€ (duzentos e oitenta mil setecentos e oitenta e oito euros). A sra. Vereadora Gisela Matias questionou sobre alguns dos valores inscritos, tendo o sr. Presidente prestado os esclarecimentos necessários.

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

(04) - POSIÇÃO DOS COMPROMISSOS DE 23 DE JUNHO A 01 DE JULHO DE 2020:

Presente a posição dos compromissos correspondente ao período de 23 de junho a 01 de julho de 2020, na importância global de 94.450,12€ (noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta euros e doze cêntimos).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.



(05) – DOCUMENTOS PREVISIONAIS / ALTERAÇÕES:

Elaboradas pela Secção de Contabilidade foi presente a décima terceira alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, no montante de 205.900,00€ (duzentos e cinco mil, novecentos euros), documentos que, por muito extensos, se dão por inteiramente transcritos nesta ata, para todos os efeitos. O Senhor Presidente deu conhecimento das rubricas onde foram feitas as inscrições e diminuições de dotação.

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

(06) – MAPAS DE CONTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA DA RSTJ:

A) Contribuição para a Dívida de Empréstimos a 31 de dezembro de 2019:

Presente o documento financeiro com referência a contribuição da C.M. Chamusca no valor de €0,00 (zero euros).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

B) Contribuição para o Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo a 31 de dezembro de 2019:

Presente o documento financeiro com referência a contribuição da C.M. Chamusca no valor de € 0,00 (zero euros).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

C) Contribuição para o Endividamento Líquido Municipal a 31 de dezembro de 2019:

Presente o documento financeiro com referência a contribuição da C.M. Chamusca no valor de € 0,00 (zero euros).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.



D) Contribuição do Passivo da RSTJ para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de dezembro de 2019:

Presente o documento financeiro com referência à C.M. Chamusca no valor de € 300,46 (trezentos euros e quarenta e seis cêntimos).

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

E) Mapa de créditos e dívidas à Autarquia a 31 de dezembro de 2019:

Presente o documento financeiro não apresentando valores relativamente aos municípios associados.

Deliberação: A Câmara por unanimidade tomou conhecimento.

Documentos para aprovação

(07) – PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DE MEDICAMENTO / MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE:

Acompanhado do teor da proposta de protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Dignitude, foi presente a seguinte proposta de deliberação subscrita pela Sra. Vice-Presidente:

“Considerando que:

“A Dignitude é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento;

O Programa *abem*: Rede Solidária do Medicamento tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica;

O Programa *abem*: tem como destinatários, em geral, os indivíduos beneficiários de prestações sociais de solidariedade e todos os que se deparem com uma situação inesperada



de carência económica decorrente de desemprego involuntário ou de doença incapacitante, entre outras situações de carência que poderão ser também consideradas;

Durante o ano de 2020 o Município da Chamusca pretende continuar a assegurar este apoio aos munícipes que se encontrem numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica;

Ao abrigo do regime jurídico das autarquias locais, os municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social (alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação);

É da competência da câmara municipal, de acordo com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do supramencionado diploma: *“participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social (...)”*.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere:

a) Aprovar a minuta do protocolo de colaboração para o ano de 2020, a celebrar com a Associação Dignitude, anexa à presente proposta.

À reunião de Câmara,”.

Sobre este assunto a Sra. Vice-Presidente deu conhecimento que neste momento estão a utilizar este tipo de apoio 43 agregados familiares, correspondendo a 84 pessoas, estando previsto o limite de 115 beneficiários para o ano de 2020.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar o teor da minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE, pelo valor total de 11.500,00€ (onze mil e quinhentos euros), documento que por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta ata para todos os efeitos.



(08) – PROCEDIMENTO CONCURSAL DE CTFP A TERMO RESOLUTIVO CERTO / ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE JÚRI:

Subscrita pela Sra. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta de deliberação:

“Considerando que:

- Foi presente na reunião de Câmara de 26 de junho proposta de abertura de procedimento concursal a termo resolutivo certo para três lugares de Assistente Operacional para a área da Educação, acompanhada de designação do Júri efetivo e suplente do mesmo, o qual foi aprovado por unanimidade;
- Tendo em conta que a gestão das Assistentes Operacionais a desempenharem funções nos estabelecimentos de ensino do concelho é feita em articulação com o Agrupamento de Escolas da Chamusca;
- As Assistentes Operacionais adstritas à Educação têm o seu desempenho avaliado pelo Diretor do Agrupamento de Escolas da Chamusca, cuja competência foi delegada pelo mesmo na Professora Célia Oliveira;
- Torna-se necessário proceder a uma alteração no júri efetivo do procedimento concursal, nomeadamente que a Professora Célia Oliveira seja membro efetivo do mesmo.

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Alterar a composição do júri para a seguinte forma:

Presidente: Anabela do Rosário Possidónio da Clara Protásio, Técnica Superior;

1º Vogal Efetivo: Isabel Maria Mendes Nicolau, Técnica Superior;

2º Vogal Efetivo: Célia Maria Valentim de Oliveira, Professora;

1º Vogal Suplente: Ana Cristina Lopes dos Santos, Técnica Superior;

2º Vogal Suplente: Carla Maria Trancas Mariano Brogueira, Técnica Superior.

À reunião de Câmara.”



Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar os procedimentos propostos e consequentemente a composição do júri da forma descrita na proposta transcrita.

(09) – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE:

O Sr. Presidente deu conhecimento das reuniões em que participou no período desde a última reunião, referiu que, para além das reuniões com os serviços municipais de proteção civil que se realizam semanalmente, indicou ainda:

Dia 29.06: decorreu a sessão ordinária da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente fez vários esclarecimentos relativamente a assuntos que foram notícia em jornal da região, na sequência de questões colocadas nas sessões da Assembleia Municipal ocorridas no mês de junho, nomeadamente sobre:

- contas das associações: solicitado pela bancada do PSD não foram as contas das associações e não o que foi atribuído pelo município a cada associação, pois existe documentado nas subvenções reportadas à IGF e divulgadas na página do município;
- processo de transferência de competências com a União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande: referiu o Sr. Presidente que o município nunca prejudicou nenhuma junta de freguesia em detrimento de outra, a rejeição das competências até 2021 pela União de Freguesias consta no site da DGAL, explicando que as juntas têm que fazer contas de quanto precisam para desempenhar as funções para as competências que aceitam. Referindo que o que consta na notícia não corresponde à verdade e que o Sr. Presidente da União de freguesias refere na entrevista. Mais informou o Sr. Presidente que as juntas de freguesia tiveram de fazer os cálculos relativos a quanto iria custar os serviços que irão prestar à comunidade (equipamentos, mão-obra) no âmbito da transferência dessas competências, seguindo-se acordo com o Município com vista a aceitação das competências. Referiu que na União de freguesias a Câmara efetuou contrato de prestação e serviços com a RESITEJO para a limpeza urbana, existindo também contrato com empresa para os grandes espaços verdes. Caso o



Executivo municipal verifique que a UFCPG não tenha capacidade para assumir, por interesse municipal pode deliberar a Assembleia Municipal nesse sentido.

A Sra. Vereadora Cláudia Pinto, referiu que o executivo da União de freguesias tomou a decisão de não aceitar as competências. Considerando não ser correto estar o Sr. presidente da Câmara a falar do seu ponto de vista, não estando presente o presidente Rui Martinho. Referindo que “começou a falar de uma questão que veio num jornal e já está a ser abordado outras questões”. O Sr. Presidente respondeu que não se trata disso, apenas se o Executivo é visado neste problema o assunto tem de ser discutido em reunião de Câmara. O Sr. Presidente referiu que em agosto de 2019 aquando da reunião com o Município, e onde foi apresentado o assunto, foi pelo Executivo da Junta referido que iria analisar e que posteriormente iriam informar o Município, sabendo este que já tinha sido reportada à DGAL (em data anterior a esta reunião) a não aceitação pela União de freguesias as competências.

A vereadora Cláudia Pinto referiu que existem questões de política e decisões que são tomadas e que por vezes não estamos todos de acordo.

- Campos de férias 2019: o Sr. Presidente referiu que este município não deve qualquer valor à União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, existindo uma divergência de valor entre o que foi identificado pela União de freguesias e pelo número comprovado de participantes nos Campos de Férias. Referiu que existiram menos crianças a frequentarem os módulos do que as que estavam inscritas.

Dia 30.06: decorreu a reunião da Associação de Municípios de Vale do Tejo onde foram analisados os documentos financeiros da associação, tendo sido feito o ponto de situação do projeto de requalificação da colónia Balnear da Nazaré. Esteve ainda na assembleia geral da RESITEJO / análise de contas. Assembleia Geral da RSTJ, tendo sido deliberado pelos municípios que houvesse uma lista de continuidade da RESITEJO, de forma a que o processo



decorresse de forma mais simples decorrido eleições para o Conselho de Administração, tendo ficado a seguinte composição: - Chamusca (Presidente da Câmara); Torres Novas (vereadora Elvira Sequeira); Ferreira do Zêzere (vereador Paulo Neves). Assembleia Geral: Santarém, Tomar, Vila Nova da Barquinha. Prestou informações relativamente ao ponto de situação da recolha seletiva/ rotas / implementar a 01 de julho na Carregueira estando também previsto implementar no Pinheiro Grande (fechando o eixo até Santa Margarida), referiu que iria enviar apresentação relativamente às quantidades recebidas quer a nível de ecopontos (mantém-se) e aumento exponencial na recolha-porta-a-porta, existindo ainda um grande numero de pessoas que não aderiram (campanha de sensibilização para aderir) Referiu que esta operação não dá lucro e que está a desviar muito material de aterro e retirar muito material de qualidade.

Dia 06.07: reuniu com o agrupamento sobre projeto de intervenção na EB 2,3/S da Chamusca, que será apresentado na próxima sexta feira na DGESTE com equipa projetista. Assinatura de protocolo com a Santa Casa de Misericórdia da Chamusca sobre a requalificação da creche “O Coelho”.

Dia 09.07: terá lugar reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e à tarde reunião Comissão Distrital da Defesa da Floresta.

(10) – INTERVENÇÃO DOS VEREADORES:

CLÁUDIA PATRICIA ALVES MOREIRA:

Manifestou satisfação pela continuidade de funcionamento, no próximo ano letivo do Jardim de Infância do Semideiro e autorização excecional de funcionamento da EB 1 de Ulme, ressaltando a importância para as famílias e comunidade de manter as escolas no seio das freguesias.

Referiu que na Educação estão em fase de balanço do ano letivo 2019/2020, ano muito diferente, atípico, desafiante, que alterou os paradigmas anteriormente definidos e que obriga a fazer reflexão. No próximo ano letivo, e segundo as orientações para o próximo ano



letivo do ministério da educação, pressupõe a flexibilização de regime presencial, não presencial e misto na frequência das aulas e que deve ser feita a valorização desta experiência que foi feita em contexto de emergência de saúde. Assim, será feito o balanço com calma e perceber qual o caminho, quais as alterações que o projeto educativo municipal tem que contemplar e inevitavelmente será analisado com a equipa e com o agrupamento, encarregados de educação, juntas de freguesia, atendendo a que muita coisa mudou e tem de ficar indicado no projeto.

Referindo que o agrupamento de escolas fez o balanço positivo, no entanto os encarregados de educação não partilham da mesma opinião, tendo apresentado este final de ano letivo inúmeras dificuldades para todas as famílias. Referiu que irá reunir com equipa que preparou projeto educativo municipal de forma a rever o documento e adapta-lo às circunstâncias e contexto vivido.

RUI FILIPE RODRIGUES FERREIRA:

Deu conhecimento do ponto de situação dos trabalhos em curso no concelho.

GISELA MARIA AZEVEDO TRINCÃO MATIAS:

Questionou sobre a retirada de amianto. O Sr. Presidente referiu que está a avaliar com a equipa projetista a melhor hipótese, ou incluir no aviso com o concurso de empreitada, caso não se consiga fazer concurso independente.

Projeto educativo municipal: desejou que haja produtividade neste balanço e que é efetivamente necessária esta ponderação, esta análise, e rumos que eventualmente se têm que tomar, nesta realidade inconstante. Considera que é importante para as nossas crianças que seja feita esta análise considerando a visão dos encarregados de educação, atendendo a que, se por parte dos professores foi frutífero e que decorreu bem, mas o *feedback* da maioria dos encarregados de educação não é assim tão positivo (pais estiveram em teletrabalho, os



pais não são professores, estar em casa não é mesmo que estar na escola).

A Sra. Vice-presidente referiu que é muito importante a presença dos pais na escola, sendo fundamental estabelecer contacto entre a escola e a família, situação que foi forçada, abrupta com esta situação da pandemia.

TERMO DA REUNIÃO

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

O Presidente,

A Secretária,

Cristina Queiroz

